

Análise crítica de tuítes acerca do racismo no Brasil

Critical analysis of tweets about racism in Brazil

Débora Brenda Teixeira Silva*

RESUMO: Considerando a Análise de Discurso Crítica de vertente faircloughiana, este artigo objetiva analisar criticamente o discurso materializado nos tuítes de Jair Bolsonaro, ao se referir direta ou indiretamente acerca do racismo no Brasil. Metodologicamente, este trabalho consiste em uma investigação qualitativa, realizada a partir da análise de 5 tuítes extraídos da conta oficial do Twitter de Bolsonaro, no período em que era presidente vigente do Brasil. Diante dos resultados obtidos, verificamos que o discurso ideológico-hegemônico veiculado nos tuítes colabora para a manutenção de relações assimétricas de poder. Desse modo, inferimos que os tuítes de Bolsonaro negam a existência do racismo estrutural e contribuem para a sua naturalização, ao cultivar um discurso que atesta uma falsa democracia racial na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: análise de discurso crítica; racismo; tuíte.

ABSTRACT: Considering Fairclough's Critical Discourse Analysis, this paper aims to critically analyze the discourse materialized in Jair Bolsonaro's tweets, when referring directly or indirectly to racism in Brazil. Methodologically, this work consists of a qualitative investigation based on the analysis of 5 tweets extracted from Bolsonaro's official Twitter account, during the period in which he was the incumbent president of Brazil. In view of the results obtained, we discovered that the ideological and hegemonic discourse conveyed in the tweets collaborates to the maintenance of asymmetrical relations of power. That said, we inferred that Bolsonaro's tweets deny the existence of structural racism and contribute to its naturalization, by cultivating a discourse that attests to a false racial democracy in Brazilian society.

KEYWORDS: critical discourse analysis; racism; tweet.

1 Introdução

Considerando o arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC), no presente artigo¹, objetivamos analisar criticamente o discurso

* Doutorado em Linguística em andamento pela Universidade Federal do Ceará, mestra em Ciências da Linguagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, bolsista CAPES, deborateix94@gmail.com, ORCID <http://orcid.org/0000-0003-2742-4463>.

manifestado nos tuítes do ex-presidente Jair Bolsonaro, ao se referir direta ou indiretamente ao racismo no Brasil. É importante salientar que pesquisas em ADC se voltam para o estudo da língua em uso, com atenção para duas facetas principais: a linguística e a social. Com efeito, investigações em ADC sempre se originam a partir da identificação de algum problema social, considerando o papel da linguagem na vida das pessoas.

Desse modo, notamos que o racismo é uma temática polêmica, que divide opiniões. Há aqueles que são cientes de que é uma prática presente na sociedade brasileira; há outros, por outro lado, que negam totalmente a sua existência. À vista disso, vemos um aumento de discursos negacionistas que, amparados na narrativa de democracia racial plena, desconsideram as implicações desse problema, que também é crime. É nessa conjuntura de negações que salientamos o perfil do ex-presidente do Brasil² (2019-2022) na rede social Twitter, chamada na atualidade de X, e nos interessamos em estudar a representação discursiva do racismo a partir de suas postagens.

Para a ADC, é importante analisar o texto de forma crítica a fim de observar as relações entre linguagem e estruturas sociais. Essas relações nem sempre são evidentes, seja pela própria constituição do discurso ou pela naturalização de algo produzido discursivamente (MEURER, 2005). Desse modo, vemos na ADC uma oportunidade de estudar as representações discursivas sobre o racismo, de forma a desvelar como elas se mantêm. Essa característica da ADC e o interesse em desvendar o que há implícito na recorrente banalização/negação do racismo justificam a realização deste estudo.

À vista disso, esta pesquisa é direcionada pela seguinte problemática: como o racismo é textualizado nos tuítes do ex-presidente Jair Bolsonaro? De modo específico, objetivamos: a) identificar tuítes do ex-presidente Jair Bolsonaro com marcas ideológico-hegemônicas contrárias à democracia racial

¹ Este trabalho é um recorte de um estudo maior, dissertação de mestrado, defendido em 2022 (SILVA, 2022). Na referida pesquisa, tive a orientação do professor doutor José Roberto Alves Barbosa (UERN).

² Neste artigo, toda e qualquer referência a Jair Bolsonaro enquanto presidente do Brasil refere-se ao período de 2019 a 2022, quadriênio em que governou o referido país. Desse modo, expressões como “o então presidente”, o “ex-presidente”, o “ex-chefe do Estado” e similares relacionam-se ao político em questão, no período aqui determinado.

no Brasil e b) investigar criticamente os tuítes, identificando as operações ideológicas que sustentam o discurso ideológico-hegemônico.

Nesse sentido, formulamos duas questões de pesquisa para melhor indicar os caminhos pelos quais este estudo se envereda: a) como o discurso contido nos tuítes do ex-presidente Jair Bolsonaro está marcado ideológica e hegemonicamente? e b) quais são as operações ideológicas presentes nos tuítes no que tange ao racismo? Para fundamentar esta investigação, baseamo-nos nos postulados de Fairclough (2001, 2003), importante expoente da ADC, e de estudiosos críticos do discurso, tais como Resende e Ramalho (2006), Thompson (2011), Vieira e Macedo (2018), entre outros. No que tange à questão do racismo, concentramo-nos em Almeida (2019), Kilomba (2019), entre outros estudiosos.

Por fim, pontuamos que esta produção está organizada da seguinte forma: iniciamos nossas discussões apresentando os subsídios teóricos que são caros a nossa pesquisa, tecendo reflexões acerca da Análise de Discurso Crítica e do racismo. Na sequência, abordamos os procedimentos metodológicos, assim como apresentamos nossas análises e interpretações dos dados, finalizando com a conclusão do estudo e as referências.

2 Análise de discurso crítica

A análise de Discurso Crítica (doravante ADC) é uma abordagem de estudo teórico-metodológica de caráter interdisciplinar, que compreende a linguagem enquanto prática social. Sob uma perspectiva histórica, essa abordagem foi assim denominada pela primeira vez na década de 1980, precisamente em 1985, quando o então professor da Universidade de Lancaster, Norman Fairclough, aplicou o termo *Critical Discourse Analysis* em um artigo publicado no periódico *Journal of Pragmatics* (MAGALHÃES, 2005).

No total, são seis abordagens³ que compõem a ADC. Diante disso, destacamos a vertente do linguista britânico Norman Fairclough, cujos estudos se voltam para a relação existente entre linguagem e sociedade, ressaltando a função da linguagem nas lutas sociais. Neste trabalho, valemo-nos das contribuições da abordagem faircloughiana para trilhar nossas análises e interpretações.

A perspectiva de estudo que Fairclough adota é denominada de *dialético-relacional*. Essa abordagem é assim chamada tendo em vista a percepção que o autor tem sobre o discurso. De acordo com Fairclough (2003, 2009), o discurso pode ser entendido tanto em sentido abstrato como em sentido concreto. Para a noção abstrata, o pesquisador britânico faz uso do termo *semiose*. Segundo Fairclough (2009), a *semiose* é um elemento das práticas sociais, que se relaciona dialeticamente com outros elementos. É por essa razão que a vertente desse autor é denominada de dialético-relacional. Já o discurso visto como algo concreto refere-se às formas particulares de representação do mundo a nossa volta.

À vista disso, é importante salientar que a ADC se volta para a investigação da linguagem em uso considerando os diversos contextos. Para Melo (2018, p. 23), essa abordagem se ocupa em investigar os “efeitos ideológicos que os sentidos de textos, como instâncias de discurso, podem ter sobre as práticas sociais”, principalmente no que concerne às relações desiguais de poder, com o intuito de promover mudanças na sociedade. A ADC é, portanto, uma abordagem crítica, engajada e de orientação reflexiva.

Tendo em vista que o propósito de Fairclough (2001) é oferecer uma teoria que una análises linguísticas a teorias sociais, a abordagem desse autor também é conhecida como *Análise de Discurso Textualmente Orientada* (ADTO). Para Fernandes (2014, p. 42), “a ADTO atribui relevância às características linguísticas presentes nos textos, pois é investigando os textos que a ADC analisa os discursos que circulam socialmente”.

³ (1) Histórico-Discursiva, (2) Linguística de *Corpus*, (3) Representação dos Atores Sociais, (4) Análise de Dispositivo, (5) Sociocognitiva e (6) Dialético-Relacional. Para saber mais, conferir Irineu *et al.* (2020)

Nesse sentido, compreendemos que o texto configura o objeto de análise para essa abordagem. Devido à relação dialética entre o texto e a sociedade, é fundamental que se leve em consideração os aspectos contextuais nas análises. Para Vieira e Macedo (2018, p. 49-50), “a ADC almeja investigar, criticamente, como assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo, pelo discurso.”

De acordo com a percepção de Fairclough (2003, p. 2, tradução minha)⁴, “a linguagem é parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada com outros elementos, assim análises e pesquisas sociais sempre devem levar a língua em consideração”. Com isso, é estabelecido que é através da língua que a sociedade se constitui, assim como o oposto também acontece. Por conseguinte, entendemos que os indivíduos inseridos em práticas sociais específicas agem no mundo para a manutenção ou para a mudança das situações sociais.

Considerando que a ADC busca investigar assimetrias de poder, é importante compreender em que consiste essa noção para a perspectiva faircloughiana de análise crítica. Para Fairclough (2001), o conceito de hegemonia advém de Gramsci (1971) e se relaciona à liderança e dominação em contextos de cultura, política, economia, envolvendo aspectos ideológicos.

Para a ADC, o poder não é algo próprio de um indivíduo, mas se volta para um todo relacional inerente ao tecido social. Segundo Fairclough (2001, p. 122), a hegemonia está voltada para “a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento”. Isso quer dizer que a dominação hegemônica não se constitui por meio do uso da força, mas, sim, através de naturalizações fornecidas por discursos marcados ideologicamente, principalmente.

Desse modo, a ideologia consiste na significação das realidades que são construídas nas práticas discursivas. Em ADC de vertente faircloughiana, o conceito de ideologia é incorporado a partir dos escritos de Thompson (2011),

⁴ No original: *language is an irreducible part of social life, dialectically interconnected with other elements of social life, so that social analysis and research always has to take account of language.*

conservando sua característica essencialmente negativa. Ao definir meios para análise social do discurso, Fairclough (2001, p. 117) expressa que:

[...] as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Nesse sentido, entendemos que a ideologia é hegemônica, uma vez que contribui para a manutenção de relações assimétricas de poder. De acordo com Resende e Ramalho (2006), a associação da ADC com a perspectiva ideológica de Thompson favorece meios de analisar discursos que são imbricados por ideologias. É importante salientar que quanto mais naturalizada uma posição ideológica é, mais eficiente ela se torna. Fairclough (2001) destaca ainda que um meio de oportunizar a transformação social é através do desvelamento de ideologias e de suas formas de ação em diferentes discursos.

Nesse contexto, interessa à ADC a investigação de modos particulares de representações do mundo a nossa volta, socialmente aceitos e que oferecem o estabelecimento de desigualdades. A partir disso, justifica-se a predileção de Fairclough (2001, 2003) ao conceito elaborado por Thompson (2011, p. 73), já que “as concepções críticas implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia - ou como ideológico – é enganador, ilusório ou parcial”.

Diante disso, Thompson (2011) estabelece cinco operações ideológicas para a investigação de construções simbólicas. São estas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação (Quadro 1).

Quadro 1 - Operações ideológicas

<i>Operações Ideológicas</i>	<i>Estratégias Ideológicas</i>
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
	Estandardização Simbolização da unidade

Unificação	
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/ passivização

Fonte: Thompson (2011, p. 81)

A primeira operação ideológica, legitimação, diz respeito às relações de poder que são mantidas por meio do discurso posto como verdadeiro e que, por ser assim, não deve ser questionado. Thompson (2011) destaca três estratégias que podem favorecer a legitimação de um discurso: a racionalização, universalização e narrativização. A racionalização é construída por meio de argumentos baseados na logicidade. A universalização, por seu turno, se dá através do estabelecimento de representações privadas como se atendessem ao interesse coletivo, algo universal. A narrativização ocorre quando relações de poder são atribuídas por meio da contação de histórias, justificando o presente por meio de tradições passadas.

O segundo modo de operação ideológica é a dissimulação e consiste na ocultação de relações assimétricas de poder. Thompson (2011) elenca três estratégias operacionais da ideologia: deslocamento, eufemização e tropo. O deslocamento diz respeito à atribuição de significados de um termo a outro. Nesse sentido, implicações positivas ou negativas também são transferidas. A estratégia eufemização é utilizada com o intuito de suavizar determinados discursos. O tropo, por sua vez, refere-se ao uso figurativo da linguagem, ocorrendo principalmente por meio da sinédoque, metonímia e metáfora.

A terceira operação ideológica, a unificação, ocorre por meio do estabelecimento de integração de identidades em um todo coletivo. Essa operação pode se manifestar através das estratégias de standardização e simbolização da unidade. A standardização é decorrente da padronização partilhada entre os participantes de determinado discurso. Já a simbolização da unidade é a atribuição de símbolos a um todo integrado.

A quarta operação ideológica refere-se à fragmentação, que consiste em dividir um grupo de pessoas que pode representar alguma ameaça ao grupo

dominante. Ela pode ser empregada por meio de estratégias de diferenciação e expurgo do outro. No que concerne à diferenciação, esta pode ser entendida como “a ênfase que é dada as distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo as relações existentes” (THOMPSON, 2011, p. 87). Já o expurgo do outro ocorre por intermédio da criação de um inimigo coletivo que deve ser combatido.

A última operação ideológica, reificação, se dá quando situações passageiras são estabelecidas de forma naturalizada, obscurecendo os fatores sócio-históricos envolvidos. As estratégias que podem ser apontadas como operadoras de ideologia são a naturalização, eternalização e nominalização/passivização. A naturalização, como o próprio nome sugere, confere o estado de algo como resultado de um processo natural. A eternalização, por seu turno, acontece quando “fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes” (THOMPSON, 2011, p. 88). A nominalização e a passivização, por fim, ocorrem por meio do apagamento dos atores sociais em determinados discursos.

Nesse sentido, a partir das operações ideológicas de Thompson, Fairclough (2001, 2003) estabelece meios de investigar construções simbólicas que favorecem relações desiguais de poder. De modo a sumarizar essa reflexão, Resende e Ramalho (2006, p. 52-53) afirmam que “a abordagem de ideologia de Thompson, aliada ao arcabouço da ADC, fornece ferramentas para se analisar, linguisticamente, construções discursivas revestidas de ideologia”. Tendo discutido algumas noções importantes para a ADC, a seguir, tecemos algumas ponderações acerca do racismo.

3 Refletindo sobre o racismo

Quando falamos a respeito do racismo, é comum uma certa resistência à palavra. De modo geral, há aqueles que entendem e discutem esse problema, assim como também há aqueles que o negam. Para fins de negação, são frequentes os argumentos de que o racismo seria um problema superado no

Brasil ou, ainda, quando a justificativa recai sobre a impossibilidade de haver racismo, já que a própria noção de raça também seria algo que não existiria. Afinal, quem nunca leu ou ouviu a afirmação *só existe uma raça, a raça humana*?

Diante desses argumentos negacionistas, porém exemplificativos, é possível notar que a dimensão da desigualdade racial em nosso país é ignorada. À vista disso, o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010, p. 13) conceitua desigualdade racial como “toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica”.

Levando isso em consideração, acreditamos que é importante discutir acerca do racismo para que o problema seja de fato percebido e repudiado com ações antirracistas efetivas (RIBEIRO, 2019). Nesse sentido, iniciamos esta seção trazendo algumas reflexões sobre o termo *raça*, para que posteriormente possamos compreender o termo racismo e suas implicações.

De acordo com Almeida (2019, p. 21), a *raça* é historicamente operada por meio de dois “registros básicos que se entrecruzam e complementam”: as características biológicas e as étnico-culturais. Dessa forma, na qualidade de traço biológico, a raça é associada às características físicas, tais como cor de pele e formato de cabelo, por exemplo. Em relação aos traços étnicos-culturais, a *raça* é percebida por meio de concepções religiosas, regionais, culturais e linguísticas.

É importante destacarmos que “a raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico” (ALMEIDA, 2019, p. 22). No entanto, apesar de sabermos que não existe relação entre determinismos biológicos, ambientais, culturais e/ou religiosos que justifiquem qualquer tipo de discriminação racial, a constituição histórica do termo *raça* possui implicações políticas e sociais até os dias atuais.

Ao longo dos anos, o termo *raça* é ressignificado e o signo *negro* também passa a ser percebido por aqueles que assim se identificam como sinônimo de luta por igualdade e orgulho, considerando a valorização da estética e história negra. Entendemos que isso se dá, principalmente, como resultado da ação dos movimentos antirracistas. Nesse sentido, Domingues (2007, p. 101-102) aponta

que, “[p]ara o movimento negro, ‘raça’, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas.”

Nesse contexto, vejamos o pensamento de Almeida (2019, p. 22, grifo do autor) de que *“o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos”*. É importante destacar que as desvantagens comumente recaem sobre as pessoas racialmente marcadas como negras e os privilégios, por sua vez, beneficiam somente as pessoas que são lidas como brancas.

Iniciamos falando sobre a resistência que perdura em nosso meio sobre a palavra racismo e suas implicações. Não que a intenção seja naturalizar a relação da população com o termo, mas é importante que práticas racistas sejam discutidas para que o problema seja verdadeiramente combatido. Entendemos que a noção de raça possui encadeamentos históricos, políticos e culturais e que, quando atribuída a humanos, resultou na aversão sistemática ao negro (racismo). Passemos a compreender três concepções distintas de racismo: a individual, institucional e estrutural.

O racismo individual é concebido como um distúrbio moral e ético manifestado por determinada pessoa. A noção de individualidade recai sobre o entendimento de que o racismo seria uma prática isolada, que somente se apresenta em pessoas moralmente comprometidas. Nesse contexto, para combatê-lo, bastaria aplicar medidas jurídicas.

De acordo com Almeida (2019), a noção de racismo individualista é limitada e não abrange o problema na sua dimensão real por atribuí-lo a motivações comportamentais e a-históricas, em que a observação legal seria suficiente para contornar o problema. É com base nessa concepção que surgem os argumentos prontos de que *somos todos iguais, não há diferenças entre negros e brancos, não existe racismo no Brasil, não sou racista, tenho amigos negros*, entre outros. Todas elas ofuscam que o racismo tem raízes mais profundas, como veremos adiante.

No que concerne à concepção institucional, compreendemos que ela oferece uma compreensão mais abrangente do racismo, sem limitá-lo a

disfunções comportamentais de indivíduos isolados. Segundo essa concepção, o racismo se dá no nível das instituições, concedendo vantagens e desvantagens com fundamento na raça (ALMEIDA, 2019). Para compreender o que significa racismo institucional é importante entender o que são instituições e como funcionam.

Almeida (2019) destaca que nenhuma sociedade é igual a outra e que embora haja semelhanças de âmbito político e econômico, por exemplo, cada qual se apresenta de modo específico. De acordo com Hirsch (2007), as instituições representam meios de normalização e gerência das condutas sociais, oferecendo equilíbrio aos sistemas que compõem dada sociedade. É importante salientar que as sociedades apresentam conflitos e que o equilíbrio dos sistemas só é alcançado mediante a assimilação e normalização por parte das instituições.

Nesse sentido, as divergências de ordem racial também são inerentes às instituições que, sendo por elas geridas, são normalizadas em favor do grupo racial dominante, ou seja, do grupo hegemônico. Desse modo, Nascimento (1978, p. 69) aponta que a “sociedade brasileira [é] institucionalmente branca”. À vista disso, é possível conceber que o poder tem um papel primordial nas instituições e suas formas de agir em sociedade. No que tange ao racismo institucional, esse representa uma forma de poder que subjuga a população negra através de normalizações estabelecidas por instituições (ALMEIDA, 2019).

A respeito do racismo estrutural, por último, entendemos que ele se dá no próprio tecido social. Almeida (2019, p. 33) sintetiza essa questão afirmando que “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”.

Diante disso, não seriam as instituições que, ao processar conflitos raciais, produziram o racismo. Elas apenas reproduziram uma condição inerente à própria sociedade. Levando isso em consideração, entendemos que as “estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes” (KILOMBA, 2019, p. 77, grifo da autora).

Desse modo, governos e instituições no geral, que não se voltam para essas questões, contribuem para a perpetuação das desigualdades raciais, em que negros continuam a ter um acesso precário à educação, saúde pública, dispõem de baixa representação política, assim como em outros espaços, pouca oportunidade no mercado de trabalho, bem como baixo poder econômico, por exemplo. É importante salientar que “esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 98).

Assim, percebemos como é prejudicial a negação do racismo em nossa sociedade. Nesse contexto, Machado (2012, p. 214) afirma que a negação do preconceito racial na sociedade brasileira colabora para a “invisibilidade dos negros ancorada numa identidade nacional mestiça, que minimiza uma pertença étnica e cultural afro-brasileira”. É importante salientar ainda que, embora o termo estrutural seja empregado para classificar práticas abusivas de poder movidas pela cor da pele como algo que perpassa o seio social, não significa dizer que não possam ser combatidas ou que sejam irreversíveis. O que se busca enfatizar é que, sendo estrutural, o racismo acontece de forma sistêmica. Neste trabalho, lançamos um olhar crítico para os discursos sobre o racismo em nosso país a partir dos tuítes de Bolsonaro no período em que era presidente. A seguir, apresentamos a metodologia empregada.

4 Procedimentos metodológicos

Tendo em vista que nos filiamos à ADC faircloughiana, podemos salientar que, para realizar esta investigação, adotamos a sistemática metodológica de uma pesquisa explicativa, de abordagem qualitativa. De acordo com Gonsalves (2001, p. 66), uma pesquisa explicativa “pretende identificar os fatores que contribuem para a ocorrência e o desenvolvimento de determinado fenômeno”.

No tocante à abordagem, Creswell (2007, p. 184) afirma que “os procedimentos qualitativos se baseiam em dados de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação”. Uma

característica da pesquisa qualitativa é a interpretação, posto que o pesquisador, com base na literatura existente, interpretará os dados colhidos. Por essa razão, é comum que pesquisas qualitativas sejam também classificadas como interpretativistas.

Investigamos criticamente neste estudo o discurso expresso pelo ex-presidente da República do Brasil por meio de tuítes⁵ ao falar sobre racismo. Tendo isso em vista, realizamos este estudo a partir da análise de 5 tuítes extraídos da conta oficial do Twitter⁶ de Jair Bolsonaro, ao falar direta ou indiretamente sobre racismo. Com o objetivo de melhor referenciar o *corpus* no decorrer das análises, categorizamo-lo em *Tuíte 1* ao *Tuíte 5*.

Criado em 2006, o X, antigo Twitter, é uma rede social que se propõe a veicular informações de forma rápida, logo seus usuários precisam ser concisos com a quantidade de palavras. As postagens dessa rede social, os tuítes, possuem uma limitação característica, sendo permitido a publicação de mensagens de até 280 caracteres⁷. Além do texto escrito, a plataforma permite ainda a utilização de outros recursos, como o compartilhamento de vídeos, fotos e links, por exemplo.

Para a seleção do *corpus*, observamos aqueles que foram publicados de janeiro de 2019 a novembro de 2021. A definição desse intervalo de tempo se deu em decorrência de abranger o período no qual Bolsonaro era presidente vigente do Brasil e em respeito ao tempo de pesquisa que tínhamos disponível no mestrado. Como principal critério de seleção dos tuítes, consideramos aqueles que apresentavam alguma relação com o racismo. Ou seja, escolhemos os tuítes nos quais o então presidente discursava sobre a questão do racismo na sociedade brasileira, ainda que indiretamente.

Sobre o objeto de análise, optamos por investigar os tuítes postados por Bolsonaro em decorrência do papel que esse gênero textual digital assume na

⁵ Em virtude da mudança de nome da rede social, o tuíte (tweet na versão em inglês) passou a ser chamado de post. Apesar das mudanças que a plataforma tem apresentado, mantemos neste trabalho o vocábulo tuíte sempre que nos referimos às postagens que circulam no X, uma vez que ainda é de uso popular e facilmente reconhecido por usuários e não usuários da referida rede social.

⁶ Em julho de 2023, o Twitter passou a ser chamado de X.

⁷ No X, além da versão gratuita, existe um serviço pago de assinatura voluntária que oferece recursos adicionais, tal como a expansão do limite de caracteres para 25 mil.

atualidade enquanto veículo de opinião e informação, considerando também a figura política do, à época, presidente da República. Para melhor proceder com as análises, organizamos os tuítes selecionados por contexto de postagem e empregamos como categorias de análise as operações ideológicas de Thompson (2011), atreladas ao conceito de hegemonia de Gramsci (1971). Os tuítes que compõem o *corpus* deste trabalho se situam contextualmente em dois momentos distintos. À vista disso, é importante destacar que o contexto será apresentado à medida que o material estiver sendo analisado. Na próxima seção, apresentamos as análises realizadas.

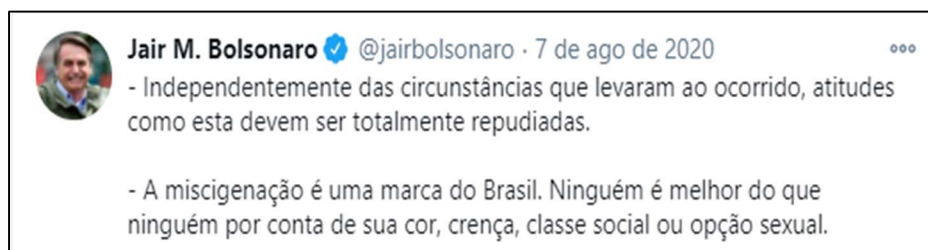
5 Análise dos tuítes

De início, apresentamos e analisamos os tuítes publicados no dia 7 de agosto de 2020. Ambos foram escritos após a ocorrência de um caso de ofensas raciais sofridas por um entregador de comida que prestava serviços no momento do crime. O jovem negro foi agredido verbalmente por um homem branco que se julgava superior ao rapaz em razão de sua cor de pele. O caso aconteceu dentro de um condomínio residencial de São Paulo, no dia 31 de julho de 2020⁸. O episódio foi gravado e viralizou nas redes sociais alguns dias após o ocorrido, ganhando repercussão nacional.

Nas Figuras 1 e 2, exibimos os tuítes relacionados com a situação explanada anteriormente. Em ambos, Bolsonaro se demonstra inicialmente empático com a situação vivida pelo entregador. É possível perceber isso com base nos seguintes trechos: *atitudes como esta devem ser totalmente repudiadas* (Figura 1) e *que a indignação dos brasileiros sirva de lição para que atos como esse não se repitam* (Figura 2).

⁸ ENTREGADOR sofre ofensas racistas em condomínio de Valinhos. *G1*, [S.l.], 7 ago. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/34spff4r>. Acesso em: 26 jan. 2022.

Figura 1 - Tuíte 1



Fonte: BOLSONARO, J. [sem título]. Agosto de 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://tinyurl.com/54r4m4es>. Acesso em 26 jan. 2022.

No entanto, por meio do desvelamento da ação ideológica, podemos notar que o ex-presidente trata o ocorrido como um fato isolado, sem grande reflexo na real situação da pessoa negra no Brasil. Logo, acreditamos que o que motiva tamanha empatia não seja a plena consciência a respeito da estrutura social racista em que vivemos. Diante disso, na Figura 1, identificamos duas operações ideológicas: legitimação e unificação.

A legitimação, para Thompson (2011), consiste em assertivas de verdade que são promovidas de tal modo que se sugerem inquestionáveis. Percebam que, quando o ex-governante diz *independentemente das circunstâncias que levaram ao ocorrido, atitudes como esta devem ser totalmente repudiadas*, há a indicação de que o crime de racismo, em sua concepção, seria apenas um ocorrido circunstancial e não um problema estrutural da sociedade brasileira, configurando um exemplo de racismo individual.

Nesse contexto, lembremos a definição de racismo individual como “um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados” (ALMEIDA, 2019, 25). Trata-se, pois, de uma concepção limitada que não abrange a complexidade real do racismo em nossa sociedade.

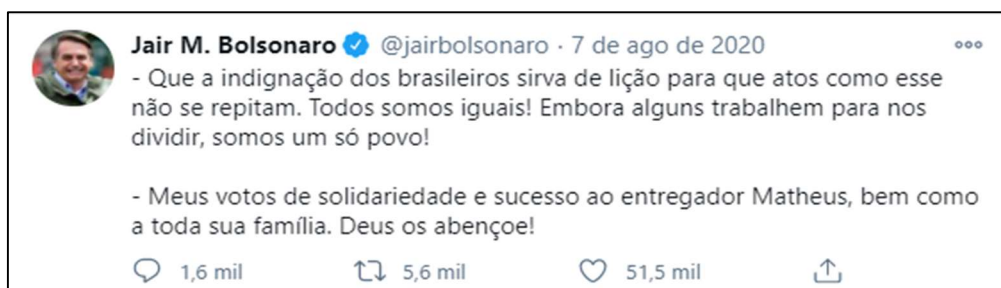
Desse modo, quando o então presidente afirma que *a miscigenação é uma marca do Brasil*, percebemos que ele legitima seu discurso através da estratégia de narrativização, posto que utiliza aspectos da constituição histórica do país para sustentar seu ponto de vista. Assim, Bolsonaro contribui para desvalidar a concepção de racismo estrutural em nossa sociedade.

A unificação, por sua vez, age em favor da união de identidades e isso é percebido ao considerarmos a estratégia simbolização da unidade. De acordo com Thompson (2011, p. 86), “essa estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas

através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos”. Através do argumento apresentado no tuíte 1, notamos que é apontado uma simbolização de todos os brasileiros como miscigenados ou, ainda, quando é dito *ninguém é melhor do que ninguém por conta de sua cor*. Essas afirmações operam de forma sutil em torno de um discurso superficial de igualdade, posto que nada é feito de fato para combater as práticas racistas em nosso meio.

Na Figura 2, verificamos a presença das operações ideológicas unificação e dissimulação. A unificação é notada quando o autor do tuíte declara que *todos somos iguais* e, ainda, *somos um só povo*. Por meio disso, o ex-presidente recorre ao velho argumento de democracia racial plena, o que não condiz com a realidade do negro no Brasil.

Figura 2 - Tuíte 2



Fonte: BOLSONARO, J. [sem título]. Agosto de 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://tinyurl.com/3rhfsazx>. Acesso em 26 jan. 2022.

Além disso, é possível perceber que Bolsonaro desacredita a relevância das ações antirracistas a partir do trecho: *embora alguns trabalhem para nos dividir, somos um só povo*. À vista disso, inferimos que, de forma indireta, o ex-presidente nega que existam reais relações de dominação promovidas pelo racismo, já que a divisão racial se daria devido aos esforços do movimento negro que seria o culpado por promover, com suas ações, a segmentação da sociedade. Nesse contexto, é relevante frisar que, para Domingues (2007, p. 101), o movimento negro se refere à:

[...] luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

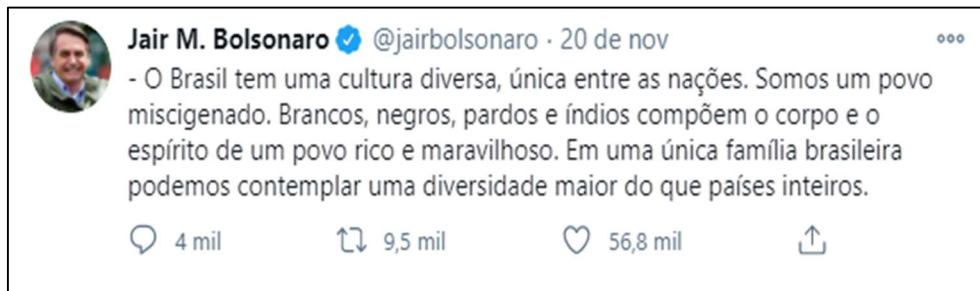
No texto, esses aspectos obscurecidos são mascarados com um discurso pró-igualdade e ocorrem por meio da operação dissimulação. Dessa forma, é relevante destacar que “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2019, p. 41). No tuíte analisado, temos um exemplo de como o racismo é corroborado em uma rede social, ainda que não tenha sido literalmente mencionado.

A partir deste momento, analisaremos três tuítes relacionados a um contexto diferente do anterior. Dessa forma, os tuítes que seguem foram publicados em reação a protestos antirracistas que se deram em diversas cidades do país. A motivação dos protestos ocorreu em resposta ao assassinato de um homem negro que foi espancado e morto dentro de um supermercado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, por seguranças terceirizados do estabelecimento.

Os manifestantes clamavam por justiça, bem como denunciavam o racismo que vitimiza negros e negras diariamente em solo brasileiro. O caso aconteceu no dia 19 de novembro de 2020 e os tuítes foram publicados no dia 20 de novembro do mesmo ano. É válido destacar que no dia 20 de novembro é celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, data que se volta para a luta e emancipação do povo negro ao sistema racista que perdura no Brasil. À vista disso, reafirmamos que “o 20 de novembro transformou-se num ato político de afirmação da história do povo negro, justamente naquilo em que ele demonstra sua capacidade de organização e de proposta de uma sociedade alternativa” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 57).

No tuíte 3 (Figura 3), temos o início de uma sequência de postagens que se demonstram contra os protestos brasileiros, os quais consistiam em denúncias ao racismo estrutural e suas consequências na vida das pessoas negras. Sob o viés da ADC de vertente faircloughiana, identificamos duas operações ideológicas, a legitimação e a unificação.

Figura 3 - Tuíte 3



Fonte: BOLSONARO, J. [sem título]. Novembro de 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://tinyurl.com/89tf5t7r>. Acesso em: 28 jan. 2022.

Considerando a legitimação, percebemos que Bolsonaro recorre ao argumento da pluralidade cultural para legitimar o discurso de igualdade racial, desvalidando os impactos do racismo e, até mesmo, a sua existência. A partir de Nascimento (1978, p. 41), vemos que esse discurso se baseia na falsa ideia de “que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas”. Isso é perceptível quando ele afirma que *o Brasil tem uma cultura diversa, única entre as nações*. Percebemos, a partir dessa declaração, uma tentativa de construir “uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência” (THOMPSON, 2011, p. 82-83).

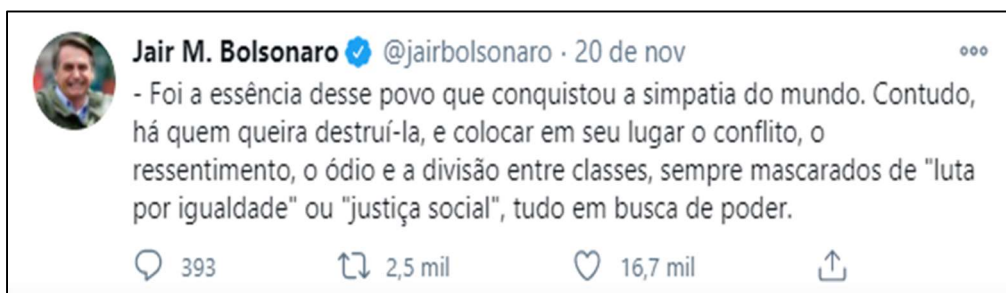
No que tange à unificação, vemos uma tentativa recorrente de alinhar todos os brasileiros enquanto pertencentes a um só povo, que partilha dos mesmos direitos, deveres, oportunidades e tratamento social. Observe o que diz o ex-presidente no seguinte fragmento: *somos um povo miscigenado. Brancos, negros, pardos e índios compõem o espírito de um povo rico e maravilhoso*. Com esse discurso, Bolsonaro padroniza todos os brasileiros como miscigenados, como se todos vivessem em um país livre de desigualdade racial, evitando abordar os problemas que possuímos com o racismo estrutural por meio da sua negação velada. Isso novamente remonta ao mito da democracia racial, posto que a:

[...] naturalização da miscigenação forçada durante o período colonial [perpetua] o mito da democracia racial. Essa visão paralisa a prática antirracista, pois romantiza as violências sofridas pela população

negra ao escamotear a hierarquia racial com uma falsa ideia de harmonia (RIBEIRO, 2019, p. 10).

No tuíte 4 (Figura 4), por sua vez, verificamos a presença das operações legitimação, dissimulação e fragmentação. Nele, o ex-presidente da República é mais enfático ao demonstrar seu posicionamento contrário às lutas antirracistas, levando ao entendimento de que não existem reais razões para o desencadeamento de tantos protestos, o que reforça a inferência de que, para ele, o racismo não seria um problema verídico em nossa sociedade. Nesse sentido, Nascimento já alertava para desvalorização e silenciamento daqueles que protestam, uma vez que “nenhum meio legal de protesto, de busca de alívio contra a injustiça racial, existe para o grupo discriminado e oprimido, desde que a lei – formal e distante – recolhe a todos em seu seio ‘democrático’” (1978, p. 79).

Figura 4 - Tuíte 4



Fonte: BOLSONARO, J. [sem título]. Novembro de 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://tinyurl.com/2p84xsms>. Acesso em 28 jan. 2022.

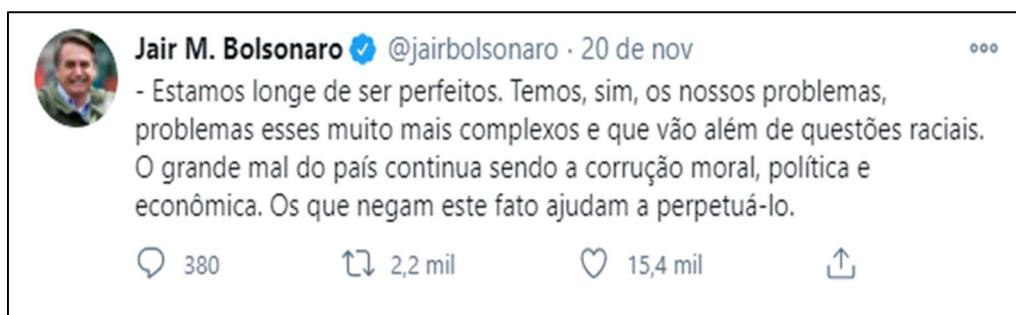
Diante disso, vemos a tentativa de legitimar um discurso que nega o racismo por ocultação do problema e culpabiliza os movimentos raciais de dividir uma sociedade que seria essencialmente una. Consideremos este trecho: *há quem queira destruí-la [essência brasileira], e colocar em seu lugar o conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão entre classes*. Desse modo, entendemos que Bolsonaro se refere, mais uma vez, ao movimento negro como causador da divisão racial. Identificamos, assim, a operação dissimulação, uma vez que há o obscurecimento de relações de dominação.

No que toca à fragmentação, compreendemos através do excerto *há quem queira destruí-la, [...] sempre mascarados de 'luta por igualdade' ou justiça*

social, tudo em busca de poder que Bolsonaro tenta desestabilizar os movimentos raciais. Nesse sentido, é relevante destacar que a fragmentação pode ser operada por meio da criação de um inimigo (THOMPSON, 2011). Nesse caso, o inimigo, para Bolsonaro, não é o racismo, mas os movimentos e os protestos contrários a esse crime.

No tuíte 5 (Figura 5), por fim, constatamos a presença das operações ideológicas legitimação, fragmentação e reificação. Nesse tuíte, o autor admite a existência de problemas na nação brasileira, mas dá a entender que o racismo não é um problema tão sério quanto outros. Podemos perceber isso quando ele diz: *temos, sim, os nossos problemas, problemas esses muito mais complexos e que vão além de questões raciais*.

Figura 5 - Tuíte 5



Fonte: BOLSONARO, J. [sem título]. Novembro de 2020. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://tinyurl.com/mvrs8ev6>. Acesso em 28 jan. 2022.

Dessa forma, Bolsonaro promove a legitimação de seu discurso antagônico aos protestos apontando a desnecessidade das lutas por igualdade racial quando comparadas a outras questões que, ao seu ver, são mais urgentes, tais como *a corrupção moral, política e econômica*. A real situação do negro não é considerada, como se essas pessoas recebessem o mesmo tratamento em todos os espaços ou tivessem as mesmas chances de ascensão social que os brancos, por exemplo.

Com isso, constatamos a ação da operação reificação, já que há a naturalização do racismo enquanto problema social. Acerca disso, Fairclough (2001, p. 117) afirma que “as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de senso comum”.

A fragmentação, por sua vez, é evidenciada quando o autor da postagem declara: *os que negam este fato ajudam a perpetuá-lo*. Nesse ponto, Bolsonaro discorria sobre a irrelevância dos protestos e discussão do racismo quando confrontado com outros segmentos, sugerindo que os que discordam de seu pensamento contribuem para a manutenção das reais adversidades que o país enfrenta.

Analizamos, nesta seção, 5 tuítes de acordo com as operações ideológicas de Thompson (2011), considerando a concepção de Gramsci (1971) acerca das relações hegemônicas. Tendo em vista que “a comunicação mediada é sempre um fenômeno social contextualizado” (THOMPSON, 1998, p. 20), inserimos o contexto em que os tuítes ocorrem como condição importante para o curso interpretativo de nossa pesquisa. A seguir, tecemos breves considerações finais.

6 Conclusão

Este artigo teve como objetivo analisar criticamente o discurso veiculado nos tuítes do ex-presidente Jair Bolsonaro, ao tratar direta ou indiretamente acerca do racismo no Brasil. Desse modo, tomamos como *corpus* o total de 5 tuítes e procedemos as análises, verificando as operações ideológicas manifestadas. Para tanto, baseamos nossas reflexões na Análise de Discurso Crítica (ADC) de vertente faircloughiana (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006 e outros), relacionando a autores estudiosos do racismo (ALMEIDA, 2019; KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2019, entre outros).

De acordo com Fairclough (2003), linguagem e sociedade se relacionam dialeticamente. À vista disso, entendemos que os estudos críticos do discurso possuem preocupação central com problemas inerentes à sociedade, sendo esta atravessada pelo discurso. Nesse sentido, Batista Jr., Sato e Melo (2018, p. 9) explicam que “a ADC busca a explanação dos fenômenos sociais, desvelando o modo como o discurso, enquanto linguagem em uso, participa dessa construção, estabilizando distorções sociais.” Diante disso, voltamo-nos para a investigação do racismo enquanto fenômeno ideológico-estrutural.

Com o intuito de melhor apresentar as conclusões deste estudo, retomemos brevemente as questões de pesquisa aqui delineadas: (1) como o discurso contido nos tuítes do ex-presidente Jair Bolsonaro está marcado ideológica e hegemonicamente? e (2) quais são as operações ideológicas presentes nos tuítes no que tange ao racismo? Essas perguntas direcionaram o percurso metodológico deste trabalho.

Com base nos resultados obtidos, concluímos que os tuítes de Bolsonaro apresentam um discurso ideológico-hegemônico que favorece a normalização do racismo estrutural e que o ex-governante utiliza frequentemente argumentos que remontam ao mito da democracia racial para justificar seu posicionamento. Considerando que “*estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação*” (THOMPSON, 2011, p. 76, grifo do autor), entendemos que esse discurso contribui para que o preconceito, a discriminação, bem como a desigualdade racial se invisibilizem no meio social e quando denunciados não sejam considerados com a devida atenção. Dessa forma, respondemos à primeira questão de pesquisa aqui levantada.

Nos tuítes pesquisados, identificamos a presença das cinco operações ideológicas sugeridas por Thompson (2011). São elas: legitimação, unificação, dissimulação, fragmentação e reificação. A legitimação é o recurso ideológico que aparece com mais frequência, não sendo constatada apenas no tuíte 2. A unificação se manifestou nos tuítes 1, 2 e 3. A dissimulação, por sua vez, foi identificada nos tuítes 2 e 4. No que tange à fragmentação, ela foi percebida nos tuítes 4 e 5. Já a reificação, por último, foi apontada somente no tuíte 5. Tendo identificado as operações ideológicas no *corpus*, atendemos à segunda questão de pesquisa.

É relevante enfatizar que “a desconstrução ideológica de textos que integram práticas sociais pode intervir de algum modo na sociedade, a fim de desvelar relações de dominação” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 22). Desse modo, a percepção das operações nos tuítes auxilia no desvelamento de ideologias que operam silenciosamente para manter discursos racistas, de modo a conservar o poder nas mãos do grupo hegemônico, o qual historicamente é constituído de pessoas brancas.

Nesse contexto, ao estudar o racismo, compreendemos que é igualmente importante refletir sobre a posição de privilégio que o branco ocupa. O racismo não pode ser visto apenas como um problema de pessoas negras, já que prejudica toda a sociedade. Nesse sentido, é preciso considerar que a “branquitude também é um traço identitário, porém marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos” (RIBEIRO, 2019, p. 17). Logo, é necessário que brancos se percebam brancos e se posicionem também contra o racismo estrutural. Negar o racismo ou pensar superficialmente que a cor da pele não importa no Brasil somente contribui para a naturalização de desigualdades raciais.

Assim, concluímos que, mais do que adotar a frase *somos todos iguais* como repertório-chave para anular o racismo e suavizar desigualdades raciais, é preciso compreender a diversidade e enxergar as desigualdades. Frases semelhantes àquela, tão recorrentes no material investigado, apenas mascaram o problema, não o resolve. Levando isso em consideração, julgamos válido o conselho de Ribeiro (2019, p. 15): “vejam cores, somos diversos e não há nada de errado nisso - se vivemos relações raciais, é preciso falar sobre negritude e também sobre branquitude.”

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

BRASIL. *Estatuto da desigualdade racial*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, p. 100-122, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. A dialectical-relational approach to critical discourse analysis in social research. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. London: Sage, 2009. p. 180-203.

FERNANDES, Alessandra Coutinho. *Análise de discurso crítica: para a leitura de textos da contemporaneidade*. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. Campinas: Editora Alínea, 2001.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison notebook*. Tradução de Quintin Hoare e Geoffrey N. Smith. Londres: Lawrence & Wishart, 1971.

HIRSCH, Joachim. Forma política, instituições políticas e Estado – I. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 24, p. 9-36, 2007.

IRINEU, Lucineudo Machado *et al* (org.). *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Sátira Pinheiro. Mídia, infância e negritude: cidadania de afrodescendentes no Brasil. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (org.). *Mídia e racismo*. Petrópolis, RJ: DP et Alí, 2012. p. 204-244.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. *DELTA*, São Paulo, v. 21, n. especial, p. 1-9, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/LgkQwhZgkLdsMnvDLHh7znz/?lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2021.

MELO, Iran Ferreira. Histórico da Análise de Discurso Crítica. In: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 20-35.

MEURER, José Luiz. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 81-106.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Débora Brenda Teixeira. *O racismo no Brasil: análise de discurso crítica dos tuítes de Jair Bolsonaro*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2022.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.

Artigo recebido em 02/08/2023 e aceito em 04/01/2024.